



REDE BEM DA TERRA: IDENTIFICANDO INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA AGROECOLÓGICA

BEM DA TERRA NETWORK: IDENTIFYING SUSTAINABILITY INDICATORS FROM AN AGROECOLOGICAL PERSPECTIVE

William Borges Aldrighi - Mestrando no Programa de Pós graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agorindustriais pela Universidade Federal de Pelotas - RS - Brasil. williamirma@gmail.com

Lúcio André de Oliveira Fernandes - Professor na Universidade Federal de Pelotas - RS - Brasil. Doutor, PhD Development Policy and Management University Manchester UK. laofernandes@gmail.com

RESUMO

A sustentabilidade está no rol de paradigmas capazes de dar resposta à crise socioambiental que surge no decorrer das últimas décadas. As dimensões social e econômica se inserem no arcabouço do desenvolvimento e se relacionam estreitamente com a sustentabilidade na concepção contemporânea. O objetivo deste artigo é discutir a experiência de identificação de indicadores que expressem a percepção da sustentabilidade na perspectiva dos atores da Rede de Comércio Justo e Solidário Bem Terra através da análise de uma ferramenta interna de acreditação agroecológica. Para a realização deste trabalho utilizou-se como metodologia pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental, em concomitância com a observação participante. A ferramenta de acreditação apresenta grande potencial de contribuir com a transformação social, econômica e ambiental, servindo de estímulo para as experiências de transição agroecológica ora em curso na Rede Bem da Terra, assim como para a construção de indicadores de sustentabilidade, que poderão contribuir para um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Agroecologia. Acreditação agroecológica, Rede Bem da Terra.

ABSTRACT

Sustainability lies in the role of paradigms capable of responding to the socio-environmental crisis that has arisen over the last decades. The social and economic dimensions are part of the development framework and are closely related to sustainability in contemporary design. The objective of this article is to discuss the experience of identifying indicators that express the perception of sustainability from the perspective of the actors of Rede Bem Terra, fair trade and solidarity, through the analysis of an internal agroecological accreditation tool. For the accomplishment of this work, a bibliographical research followed by a documentary research, concomitant with the participant observation was used as methodology. The accreditation tool presents great potential to contribute to social, economic and environmental transformation, serving as a stimulus for the agroecological transition experiences currently underway in Rede Bem da Terra, as well as for the construction of sustainability indicators, which may contribute to a more sustainable development model.

Keywords: Sustainability. Agroecology. Agroecological accreditation. Rede Bem da Terra.

INTRODUÇÃO

As interações do homem com a natureza e seus impactos foram intensamente discutidas no século passado, assim como, nas últimas décadas, as alternativas viáveis para que se possa retardar e/ou minimizar seus efeitos deletérios. O desenvolvimento sustentável surgiu como um dos conceitos basilares nesta discussão a fim de trazer elementos que respaldassem as indagações acerca das saídas possíveis para superar essa questão.

Nesta busca, no campo da agricultura, surge a agroecologia, compreendida como ciência, prática e movimento (WEZEL *et al.*, 2009), com uma perspectiva multidimensional, interdisciplinar e holística que é capaz de considerar elementos dos diferentes campos da ciência, servindo como uma alternativa em resposta à necessidade de atingir a sustentabilidade para as agriculturas. A transição agroecológica é compreendida aqui como o processo de transmutação do sistema de produção agrícola convencional, amplamente difundido e intensificado após a revolução verde, para um sistema de produção sem a utilização de insumos externos e de alto impacto nos agroecossistemas, dentre os quais estão os agrotóxicos e fertilizantes químicos.

A transição agroecológica é um processo temporal e de mudança de práticas, conforme pode ser constatado nos trabalhos de Altieri (1998) e Gliessman (2000). Já, segundo Lacerda e Cândido (2013), a sustentabilidade necessita da criação de uma ferramenta capaz de mensurá-la e permitir que se estabeleçam planos de ações.

A Rede Bem da Terra, localizada na região Sul do Rio Grande do Sul, é uma rede de comercialização de produtos da economia solidária, entre os quais se encontram agricultores familiares em processo de transição agroecológica. A partir da necessidade de garantir aos consumidores que os produtos são orgânicos ou estão passando por uma transição agroecológica, a Rede vem desenvolvendo um mecanismo interno de acreditação dos processos produtivos. A acreditação agroecológica será feita após a conclusão da identificação de indicadores de sustentabilidade, na perspectiva dos atores da Rede. Está sendo construída por uma comissão mista de produtores, consumidores e entidades apoiadoras.

A agricultura orgânica, que surgiu como um movimento de resistência após a revolução

verde, também vem sendo utilizada por grandes corporações do agronegócio, o que demonstra que, se por um lado essa produção representa um conjunto de valores antissistêmicos, por outro também é dada por interesses econômicos. Os mecanismos de certificação orgânica no Brasil foram descartados pela comissão de acreditação da Rede Bem da Terra, por ora, pois além de não se mostrarem capazes de atender às necessidades da Rede, que estão para além de um simples selo de certificação orgânica, há os custos envolvidos em um processo de certificação por terceira parte.

Diante das questões acima levantadas, o presente artigo busca discutir o processo de identificação de indicadores de desenvolvimento e a sustentabilidade na perspectiva dos atores da Rede Bem Terra, a partir de uma ferramenta interna de acreditação agroecológica.

Na primeira parte do artigo trazemos uma breve contextualização do pensamento econômico, de como o tema da sustentabilidade surgiu neste contexto e qual a sua relação com a economia ecológica, economia solidária e a proposta de discussão do trabalho. Em seguida, fazemos uma contextualização acerca do objeto de estudo e a criação da ferramenta de acreditação agroecológica da rede Bem da Terra e as suas relações com a sustentabilidade. Por fim, as conclusões sobre a ferramenta criada. Utilizou-se como metodologia do trabalho pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa documental, em concomitância à observação participante realizada pelo autor principal, o qual é membro da comissão de acreditação, da associação de produtores e da associação de consumidores, o que favoreceu a coleta e sistematização dos dados.

REVISÃO DE LITERATURA

Pensamento econômico, desenvolvimento e meio ambiente

A escola clássica de economia, cujos representantes mais relevantes são Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus e John Stuart Mill, nasce no século XVIII e tem entre as suas principais indagações como se estabelecer um crescimento econômico em longo prazo, assim como o modo como a distribuição da renda entre as diversas classes sociais influencia esse crescimento. A necessidade de uma teoria de desenvolvimento econômico estava concretizada e a resposta dada é que a acumulação de capital seria o caminho. Naquele período, a revolução industrial tomava conta da Europa e as preocupações com a perspectiva ambiental não se apresentavam ainda como um fator a se considerar de forma relevante. Na era neoclássica econômica, a alocação ótima dos recursos escassos toma como exemplo os recursos naturais com o intuito de aplicar de uma forma mais eficiente a utilização destes recursos disponíveis, onde entre as suas afirmações está a de que um produto é mais valioso quando mais escasso, e isto claro, se houver uma utilidade econômica (ARAÚJO, 2006).

Segundo Conterato (2011), a perspectiva hegemônica de desenvolvimento que norteou as discussões acerca deste assunto até o século XX, foi fundamentada especialmente na ideia de que o desenvolvimento se mede através do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Todavia, o avanço das preocupações sociais e ambientais promoveu a necessidade de uma correção na perspectiva anterior e, conseqüentemente, o surgimento de novas expressões como desenvolvimento sustentável, rural e humano.

No Relatório Brundtland publicado em 1987, por exemplo, o desenvolvimento sustentável é definido basicamente como: “aquele que satisfaz as necessidades atuais sem sacrificar a habilidade de o futuro satisfazer as suas”. Essa perspectiva deixa claro que, ainda que haja uma preocupação com os recursos, estes são condicionados às necessidades impostas pelo progresso técnico e, que o crescimento econômico, embora não seja capaz de suprimir o

problema da pobreza e das disparidades sociais, se mostra como uma condição necessária para o desenvolvimento sustentável (ROMEIRO, 2001).

Segundo Lacerda e Cândido (2013), o conceito de desenvolvimento sustentável passou por um processo de ampla difusão nos diferentes setores da economia, assim como o aumento da consciência da sociedade em relação à preservação dos recursos naturais e a importância desta à manutenção da qualidade de vida.

A sustentabilidade ambiental

A racionalidade econômica, que liderou as relações de exploração dos recursos naturais, desconsiderou até a metade do século XX que tal exploração desenfreada e inquestionável poderia gerar algum impacto severo no nível global capaz de transformar os ecossistemas nas proporções percebidas atualmente. A extinção de milhares de espécies, através das transformações dos ecossistemas, juntamente com o aquecimento global, expôs claramente que a atividade humana, pautada em interesse puramente econômico, tem impactado negativamente as mudanças climáticas e, com isso, sugere que, em um momento muito próximo, o homem se obrigará a uma quebra de paradigma no que tange a forma com a qual se relaciona com o ambiente.

A discussão acerca da sustentabilidade surge em meados da década de 1970 com o nome de ecodesenvolvimento sob um contexto de controvérsia no que tange às relações entre crescimento econômico e meio ambiente, exacerbada principalmente pela publicação do relatório do Clube de Roma que pregava o crescimento zero como forma de evitar a catástrofe ambiental.

Segundo Romeiro (2001), a economia do meio ambiente no espaço acadêmico se divide em duas correntes principais de interpretação: a Economia Ambiental e a Economia Ecológica.

A primeira corrente representada pela Economia Ambiental considera que os recursos naturais não representam, em longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia, sendo isso explicado pela lógica da substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais, a qual supõe que os limites impostos pela disponibilidade de recursos naturais podem ser infinitamente superados pelo progresso técnico que os substitui por capital ou trabalho. A segunda corrente, representada pela Economia Ecológica, embora compartilhe da ideia de que o aumento na eficiência da utilização dos recursos naturais através do progresso técnico e tecnológico permita instituir uma estrutura regulatória baseada em incentivos econômicos capazes de aumentar imensamente essa eficiência, por outro lado, discorda fundamentalmente da superação indefinida dos limites ambientais globais, apontando para uma necessidade de estabilização dos níveis de consumo per capita de acordo com a capacidade do planeta (ROMEIRO, 2001).

Para melhor compreender esta aproximação com o que será proposto, se faz fundamental uma segunda contextualização que diz respeito às visões distintas que a economia ecológica (EE) pode apresentar segundo Barkin (2012).

A primeira, denominada então de visão conservadora da EE, percebe a economia como um sistema aberto e desconhece a relação entre poder, racionalidade econômica e insustentabilidade. Nesta versão prevalece a negação de que a sociedade é heterogênea em sua relação com a distribuição com os custos e benefícios derivados dos processos de apropriação social da natureza. Ainda é possível observar a visão de que seria desnecessário mudar o modelo de organização econômica dominante representada pelo capitalismo.

A segunda versão dita como crítica da EE, alerta para sobre o papel da racionalidade eco-

nômica na insustentabilidade, advertindo que a implementação de instrumentos de mercado não promovem a solução para a crise ambiental. A incomensurabilidade como linguagem prioritária na valoração da natureza, juntamente com a ideia de que não há possibilidade de substituir muitos recursos naturais não renováveis e, portanto a necessidade eminente de restringir a utilização de recursos não renováveis se apresenta como suas principais defesas.

Por fim, a terceira versão da EE se sustenta numa versão dita como radical, a qual propõe uma ruptura com o discurso da racionalidade econômica como um todo. A crise ambiental se dá, segundo essa visão radical, pelo resultado de uma crise de projeto civilizatório ocidental e sua racionalidade econômica apresentando, portanto, uma incongruência epistemológica para abordar o tema da sustentabilidade, considerando a necessidade de transcender a racionalidade econômica capitalista já que esta é entendida como a causa fundamental da crise civilizatória.

Feitas essas considerações a respeito das principais correntes de sustentabilidade a partir da perspectiva acadêmica apontada por Romeiro, é possível inferir que a Economia Ecológica, embora não contemple plenamente a discussão propositiva que virá a seguir, se aproxima de forma mais coerente. A EE na sua versão radical se posiciona a favor de uma transformação mais profunda diante da visão econômica hegemônica e, de certa forma, se aproximando em alguns aspectos da economia solidária, a qual levanta bandeiras fundamentais a esta transformação e que vão ao encontro desta crítica feita pela versão radical, entre as quais a sustentabilidade, o consumo e as relações sociais estão imbricados.

A SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA SOLIDÁRIA

A sustentabilidade e o desenvolvimento estão imbricados em diferentes contextos, sob diversas lentes teóricas e não por acaso, a economia solidária¹ é um movimento que defende, entre as suas bandeiras, o desenvolvimento sustentável. No Brasil, a economia solidária se constitui como um movimento articulado a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que em 2008, na IV plenária nacional, foi definido como “um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária” em nosso país.

Em 2011 aconteceu a V plenária nacional cujo tema foi “Economia Solidária: o bem viver, a cooperação e a autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”, evidenciando a preocupação com a temática do desenvolvimento sustentável.

Nossa intenção é aprofundar o debate acerca da economia solidária como estratégia de desenvolvimento territorial, sustentável, diverso e solidário, como opção de organização popular e luta emancipada das/os trabalhadoras/es associadas/os. A economia solidária é, assim, uma proposta transversal e articulada com diversos temas, sujeitos e iniciativas para a transformação do modelo capitalista (<http://fbes.org.br/acervo/>).

Nesses locais, onde existem iniciativas de economia solidária, os próprios produtores e consumidores assumem as responsabilidades pela organização dos espaços onde as transações e trocas acontecem, reunindo consumidores e produtores, participando das atividades geren-

¹ Paul Singer: “A economia solidária é um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto”.

ciais e garantindo um preço justo a quem produz e a segurança da qualidade dos produtos a quem consome. Outros valores estão assentados nestes espaços, como o respeito à vida de quem produz e de quem consome; a preocupação com o meio ambiente e a sustentabilidade; e um desenvolvimento econômico-social-ambiental em equilíbrio (SILVEIRA; PRÓ; MACHADO, 2015).

Nestes mesmos princípios se inserem os grupos de consumo responsável, porém a partir da perspectiva do consumidor e da construção coletiva dos espaços de trocas e consumo. Além dos elementos sociais e econômicos identificados anteriormente, a economia solidária ainda apresenta como um terceiro elemento, o fator ambiental entre os seus pilares.

Long (1992) propõe a existência de dois tipos de conhecimento: o primeiro, cujo objetivo principal se assenta na necessidade de entender; o segundo, voltado à intervenção como mecanismo de ação. A teoria da Perspectiva Orientada Pelos Atores (POA) trata justamente da junção destes dois tipos de conhecimentos, havendo uma conciliação de teoria e prática. Neste contexto existe uma busca para entender a perspectiva de vida, assim como as estratégias estabelecidas e a racionalidade dos atores nas suas diferentes arenas sociais.

Segundo Lacerda e Cândido (2013), o desenvolvimento sustentável é reflexo de uma mudança social, na qual, os atores envolvidos neste processo, representam o elemento fundamental central. A mudança social é o resultado do processo de compreensão e incorporação destas práticas no dia a dia dos indivíduos e das instituições.

O consumo responsável pressupõe uma série de características intrínsecas ao ator consumidor responsável, o qual possui um perfil baseado em valores e razões que se distinguem substancialmente de um consumidor convencional no momento de planejar e realizar os mais variados tipos de compras para atender as suas demandas. Este comportamento de consumidor responsável é fruto de um longo processo de conscientização em diversas perspectivas, onde as esferas ambiental, social e econômica, constituem as bases para esta transformação.

Entre as características e valores desejáveis em um consumidor responsável estão o altruísmo, a empatia, a sensibilidade, a solidariedade, noções geopolíticas, conhecimentos ambientais, entre outras. As arenas se apresentam como espaços onde esses atores são possibilitados a desenvolver e fortalecer essas características.

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A forma óbvia de avaliar um sistema, inclusive agrícola, seriam medidas diretas, no entanto estas são factíveis em áreas experimentais, mas em áreas maiores podem demandar elevado custo e tempo. Diante disto e da necessidade de dar respostas mais imediatas a planejadores e executores da política pública, busca-se alternativas onde a avaliação dos resultados seja imediata. Para tanto o uso de indicadores tem sido recomendado.

Indicadores, não são um tema novo e tem muitas definições diferentes, como já identificava Gallopin (1997) há mais de duas décadas, todavia pode-se argumentar que indicadores são sintomas do comportamento de sistemas complexos, que são utilizados para o diagnóstico das condições do sistema, como, por exemplo, a pressão sanguínea como indicador da saúde humana ou o PIB como indicador econômico (SYERS *et al.*, 1995). Fundamentalmente um indicador deve resumir as principais características do sistema em foco (MARZAL, 1999). Para evitar cair na armadilha de um longo debate conceitual, o trabalho define operacionalmente indicador como sendo:

(...) uma medida em geral quantitativa dotada de significado social, usado para substituir,

quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou pragmático (para formulação de políticas públicas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2001).

Quanto a sua seleção, este trabalho toma como partida a posição de Ruud (2004), onde a seleção de indicadores é entendida como essencialmente um processo político. Embora possa se obter consenso sobre princípios universais, a seleção de indicadores irá refletir o contexto político local (ex. os interesses da instituição que os propõe, a perspectiva “técnica”, a capacidade de participação dos interessados/envolvidos).

Indicadores podem, portanto, serem selecionados a partir de diferentes perspectivas e por diferentes processos, pode-se, por exemplo, recorrer à consulta pública e à revisão de literatura, usualmente a combinação dos dois métodos é a forma mais eficiente (WINOGRAD *et al.*, 1999).

Quanto ao estabelecimento de critérios para seleção de indicadores, há também uma ampla literatura, Correa (2007), por exemplo, trabalhando sobre o mesmo tópico e região do presente trabalho, cita Maseria *et al.*, 1999; Deponti *et al.*, 2002, Marques *et al.*, 2003, para elencar os seguintes critérios:

1. Mensurabilidade e facilidade de medir e monitorar;
2. Facilidade e baixo custo de obtenção;
3. Facilidade de compreensão;
4. Integração com vários atributos do sistema;
5. Sensibilidade às mudanças e tendências;
6. Confiabilidade;
7. Promoção da participação da população local.

Critérios estes que estão a seu modo, presentes no processo ora em curso na rede Bem da Terra.

METODOLOGIA

O presente trabalho iniciou com uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) acerca das escolas do pensamento econômico e o tema da sustentabilidade a fim de dar suporte às discussões subsequentes. Em seguida, foi realizada pesquisa documental a partir de fotos de painéis e de atas de reuniões da comissão de acreditação da Rede Bem da Terra, que eram compartilhados em mídias sociais e e-mail. Ainda realizamos observação participante natural (GIL, 2008) durante os anos de 2017 à 2019 nos encontros de coordenação, reunião mensal das associações, encontros de agricultores e consumidores. Após foi feita a análise de conteúdo e sistematização dos dados coletados e dispostos em quadros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Rede Bem da Terra

A rede de comércio justo Bem da Terra, localizada na região sul do Rio Grande do Sul, é composta por empreendimentos de economia solidária da associação de produtores Bem da Terra; por núcleos de consumo responsável da associação de consumidores Bem da Terra; entidades apoiadoras e parceiras que participam ativamente da rede; e por empreendimentos de economia solidária de outras regiões do Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros que

não são membros da associação de produtores. A rede oferece três canais de comercialização aos seus produtores, através de uma banca no mercado público de Pelotas-RS, feiras itinerantes em instituições de ensino locais e da feira virtual (BEM DA TERRA, 2019).

Segundo Cotrim *et al.* 2018, a Feira Virtual Bem da Terra (FVBT) representa um importante instrumento de comercialização de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura familiar do município de Pelotas-RS e região. Esses agricultores se encontram em processo de transição agroecológica e são acompanhados por um grupo de bolsistas e professores que executam projetos de extensão universitária.

A organização deste espaço de comercialização ocorre através da articulação prévia de consumidores em diversos núcleos de consumo responsáveis, os quais congregam entre dez e vinte consumidores, e grupos de produtores vinculados a associação de produtores da rede. As vendas são feitas através de ciclos semanais de compras na plataforma cirandas.net² e a distribuição feita aos sábados no Centro de Distribuição, local onde são organizadas, distribuídas e pagas as compras semanais. (SILVEIRA *et al.*, 2015).

A FVBT foi impulsionada a partir do apoio das incubadoras de economia solidária da Universidade Federal de Pelotas – TECSOL, da Universidade Católica de Pelotas – NESIC e do Instituto Federal de Pelotas – NESOL, as quais promoveram um grande movimento para encontrar parceiros que estivessem dispostos em contribuir pelo período de pelo menos um ano para que esse projeto pudesse atingir o ponto de equilíbrio projetado no seu início. (DIAS *et al.*, 2015)

De acordo com Rosa e Cruz (2015) a FVBT, ainda que não fosse capaz de se autossustentar economicamente, já representava a principal renda de algumas famílias que comercializavam no canal. Cotrim *et al.* (2018) confirma a importância da feira na vida dos agricultores, uma vez que movimenta alimentos que viabilizam a vida de alguns destes, além de fortalecer o processo de transição agroecológica.

No período anterior ao início da FVBT foram estabelecidos três critérios obrigatórios para que os empreendimentos rurais pudessem acessar o novo canal de comercialização da associação, mesmo aqueles que já eram vinculados à associação de produtores. O primeiro era que cada grupo rural deveria conter no mínimo três famílias. O segundo, que estas famílias estivessem devidamente vinculadas à associação e fossem residentes no eixo Canguçu – Pelotas devido à logística. Por fim, que as famílias produtoras estivessem engajadas em um processo de transição do sistema de produção agrícola convencional para um sem utilização de agrotóxicos e fossem acompanhadas pelo projeto de extensão do Núcleo Interdisciplinar de Tecnologias Sociais e Economia Solidária (TECSOL). O núcleo entrou como membro da comissão acreditadora do processo de transição agroecológica para dar conta de respaldar possíveis questionamentos por parte dos consumidores da feira virtual, já que estes produtores não possuíam, na sua grande maioria, certificação orgânica de suas propriedades.

Contudo, de acordo com Cotrim *et al.* (2018) existem fragilidades no processo de acompanhamento dos agricultores feito pelo grupo de extensão universitária que, mesmo que estes agricultores se relacionem com outros agentes de extensão como a Emater, limitam e retardam o processo de transição agroecológica. Esta realidade gera a necessidade da criação de diversos mecanismos de controle e validação deste tipo de comercialização de produtos agroecológicos que se baseia em relações de confiança. Especialmente no caso da feira virtual, o fato de que a dinâmica ocorrida ao longo da sua história não tenha permitido seguir o projeto inicial planejado, ensejou a criação de um mecanismo de garantia, aos consumidores e produtores,

² A plataforma cirandas foi desenvolvida a partir do Fórum Brasileiro de Economia Solidária para servir como uma ferramenta para promover a articulação econômica, política e social da economia solidária no Brasil.

acerca dos acordos e regras pré-estabelecidos.

Reconhecidas as devidas fragilidades deste processo, antes mesmo de serem lançadas em trabalhos acadêmicos, a Rede Bem da Terra já vinha articulando uma estratégia autônoma de acreditação do processo produtivo, tanto no âmbito da economia solidária, como na produção agrícola de base ecológica. De acordo com as atas, esta discussão foi suscitada em reuniões das associações de produtores e de consumidores da rede no ano de 2016, até que ao final do ano de 2017 foi constituída uma comissão de acreditação, a qual ficaria responsável por pensar o processo e criar mecanismos para atender aos diversos interesses das associações. Além de representar um mecanismo de fortalecimento das relações de confiança, a acreditação servirá para compreender a visão daquele grupo acerca da sustentabilidade e auxiliar como um instrumento norteador do processo de transição agroecológica dos agricultores familiares da rede. Tal procedimento está de acordo com Martins e Cândido (2010), para quem a ideia de desenvolvimento sustentável é muito particular, devendo assim ser desenvolvida sistematicamente na perspectiva do ambiente no qual se inserem os atores, tornando-a capaz de ser operacionalizada e mensurada.

A acreditação agroecologia

A comissão de acreditação proposta foi construída de forma mista, congregando membros das associações de consumidores e produtores, núcleos universitários e parceiros da rede. Inicialmente, a comissão organizou-se a partir da elaboração de uma proposta de agenda e etapas, determinando prazos para atender aos objetivos de cada uma, e por fim, para passar pela aprovação das associações e seguir adiante com o trabalho. Foram estabelecidas sete etapas.

A primeira diz respeito a uma pesquisa exploratória sobre experiências passadas e existentes, além das possibilidades acerca de processos de certificação de produção orgânica e produção solidária. Nesta etapa foram reunidas informações coletadas em materiais disponibilizados em sites relacionados aos assuntos e através de reuniões com pessoas especialistas, a fim de buscar as informações necessárias sobre o contexto da economia solidária e da produção e certificação orgânica.

Vencida a primeira etapa, a comissão optou por separar o processo de acreditação em duas partes: a de produção solidária; e a de produção agroecológica. A segunda etapa tratou da construção de indicadores e critérios capazes de determinar um ponto de corte e estabelecer condições mínimas para que os empreendimentos associados sigam comercializando os seus produtos através da rede. Esses indicadores representam a ideia de sustentabilidade na perspectiva dos atores envolvidos. Eles ainda permitem identificar os pontos em que os empreendimentos apresentam fragilidades e a partir disso a trabalhar para que os mesmos avancem no sentido da sustentabilidade.

Segundo Lacerda e Cândido (2013), a incorporação da sustentabilidade nas preocupações das instituições e indivíduos exige a criação de uma ferramenta capaz de determinar o que significa sustentabilidade em determinado contexto, assim como, mensurar e estabelecer um plano de ações para que os indicadores estabelecidos sejam alcançados.

Segundo Altieri (1998) a transição agroecológica é a conversão do sistema convencional de produção agrícola, que emprega altas quantidades de insumos externos, para um manejo com baixo uso de insumos externos. Este processo é compreendido por quatro fases: a primeira consiste na retirada progressiva de insumos; a segunda, no aumento da eficiência na utilização de insumos; na terceira ocorre a substituição de insumos; e por fim, o replanejamento do

sistema.

Contudo, Gliessman (2000) propõe uma análise de transição agroecológica que possui três níveis. O primeiro trata da utilização com maior eficiência das práticas convencionais a fim de reduzir a utilização de insumos externos, que são escassos e agridem o meio ambiente. O segundo nível consiste na inversão da utilização de insumos e práticas convencionais, consequência da revolução verde, por práticas alternativas. O terceiro e último nível é aquele em que há uma reestruturação dos agroecossistemas que sirva para rebuscar o equilíbrio entre novos processos ecológicos.

A acreditação agroecológica da Rede Bem da Terra parte da análise de indicadores aglutinados em três campos: técnico-produtivo; ambiental; e social. Cada qual tem um número diferente de indicadores e metas, contudo, possuem três níveis de análise temporal que permitirão identificar em qual fase do processo de transição a família se encontra, assim como quais serão os próximos passos a serem dados para que alcancem o próximo nível.

Neste caso, buscou-se a construção de um processo metodológico a partir das demandas e condições dos agricultores e consumidores envolvidos, embora em parte, tenham sido considerados os trabalhos de diferentes autores acerca da transição agroecológica.

As fases dos três campos receberam um escore distinto de relevância estabelecido pela comissão. A primeira fase denominada inicial, diz respeito àquelas ações a serem tomadas a partir do momento em que a acreditação passar a valer. Na segunda fase, denominada transitória, as famílias terão até três anos após o início da acreditação para que a mesma seja atingida, havendo a possibilidade de estender por mais um ano, desde que a família justifique e solicite à comissão de acreditação. A terceira e última fase, denominada recomendada, é aquela em que a família atingirá a concepção de sustentabilidade construída. A mesma terá três anos após passar da fase transitória para atingir a recomendada, havendo a possibilidade de estender por mais um ano, caso justifique e solicite diante a comissão. Alguns passos são considerados obrigatórios nas diversas fases, identificados com asteriscos nos quadros a seguir. Caso não seja alcançado, a família ficará impedida de alcançar a fase seguinte. Aqueles que não são considerados obrigatórios ficam apenas como indicativos e contarão pontos no momento da avaliação da comissão. Foram elaborados três quadros, um para cada campo de análise. Por uma questão de objetivo, as fases inicial e intermediária não foram incluídas no quadro.

Quadro 1 - Indicadores técnico-produtivos

INDICADORES	DESCRIÇÃO	RECOMENDADO (3+1 ANOS)
SOLOS	Avaliação da saúde do solo	-*Diversidade da fauna edáfica; -*Insumos de origem agroecológica e preferencialmente do agroecossistema local.
SEMENTES E MUDAS	Qualidade e procedência	-*Produção própria de mudas ou sementes (% a definir); -*Pelo menos um encontro de troca de sementes e mudas entre o grupo.
MANEJO DE FORMIGAS E DOENÇAS	Tipo de manejo	-* Presença de bordadura; -* Diversidade vegetal; -* Sistema em equilíbrio dinâmico.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	Alimentação e Bem-estar	-*Alimentação 100% agroecológica.
PROCESSADOS	Procedência dos ingredientes	Característica desejada quanto à procedência dos ingredientes: -Interno agroecológico; -Externo orgânico.

Fonte: Elaboração própria.

O campo técnico produtivo recebeu cinco indicadores basilares e que consideram a produção vegetal, animal, alimentos processados, produção de sementes e mudas e solo. A proposta discriminada na fase recomendada deixa claro que a autossuficiência, ou seja, a soberania genética e alimentar e a segurança alimentar são considerados indicadores fundamentais de sustentabilidade. Isto diferencia a acreditação dos processos de certificação orgânica, pois os mesmos não possuem esses indicadores que estimulam a soberania familiar frente aos insumos e agentes de mercado, deixando a critério da família ou agricultor, quais serão as estratégias traçadas para garantir a sua permanência no campo de forma sustentável.

Quadro 2 - Indicadores ambientais

INDICADORES	DESCRIÇÃO	RECOMENDADO (3+1 ANOS)
ÁGUA	Análise, diagnóstico e qualidade.	*Água de qualidade dentro da propriedade.
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Todo o tipo de resíduo gerado ou contido na propriedade.	*Compostagem; *Minhocultura; *Escoamento do resíduo sólido reciclável.
PROTEÇÃO DE PROPRIEDADE	Proteção da área de produção e recursos naturais da propriedade	*Reserva legal ou APP's (de acordo com a lei).
TRATAMENTO DE RESÍDUOS LÍQUIDOS	Resíduos líquidos gerados na casa.	-Fossa séptica (protótipo da Embrapa).

Fonte: Elaboração própria.

O segundo campo, definido como ambiental, traz quatro indicadores que complementam o primeiro, no sentido da soberania energética e alimentar, uma vez que, estabelecem como objetivos da transição a produção própria de adubos a partir do gerenciamento dos resíduos; a manutenção de matas ciliares e nativas, o que permite a extração de madeira para o uso nas atividades agrícolas da família e favorecem a manutenção dos cursos d'água e da sua qualidade, através da proteção de matas nativas, ciliares e olhos d'água,

A água como indicador ambiental contribui para a manutenção da segurança alimentar da família e dos consumidores ao assegurar a verificação e correção da qualidade da água utilizada para o consumo e produção de produtos processados.

O tratamento de resíduos líquidos provenientes da residência permite a reutilização destes resíduos como fertilizante líquido além de prevenir a contaminação do lençol freático e das águas que circundam a propriedade.

Quadro 3 - Indicadores sociais

INDICADORES	DESCRIÇÃO	RECOMENDADO (3+1 ANOS)
EDUCAÇÃO	Alfabetização formal	- Membros em idade escolar matriculados, frequentando e com aproveitamento satisfatório
	Cursos de especialização e capacitações técnico-produtivas	-*Processo de formação concluído nas principais áreas de atuação
	Educação e cultura solidária	
PARICIPAÇÃO	No seu grupo	-*Participa regularmente das reuniões do grupo
	Em reuniões de grupos;	-*Participa regularmente de reuniões com outros grupos ou fóruns/discussões
SAÚDE	Segurança e soberania alimentar	-*50 % dos alimentos consumidos sejam produzidos na propriedade
	Cultivo e uso de ervas medicinais	-*Cultiva e usa regularmente ervas medicinais
	Acesso ao Sistema de Saúde Pública	-*Acesso regular preventivo (pelo menos 1 vez por ano)
IGUALDADE DE GÊNERO	Violência Doméstica / Submissão da mulher	-*Não existe relação de subordinação /opressão
	Gestão compartilhada da propriedade	-*Parte da renda da família destinada ao uso autônomo da mulher
GESTÃO DO TRABALHO	Equidade nas representações	-*Representação compartilhada em grupos quando o caso
	Mão de obra; Exploração de trabalho; distribuição e gestão econômica	-*Mão de obra familiar, sem exploração do trabalho (admite trabalho sazonal) -*Existência de trabalhos coletivos (mutirões)

Fonte: Elaboração própria.

O terceiro campo, denominado social, considera um elemento crucial a partir da perspectiva agroecológica e que costuma ser deixado de lado nas certificações orgânicas. Os indicadores igualdade de gênero e gestão do trabalho se colocam sob uma ótica extremamente relevante ao evocarem as seguintes questões: a emancipação das mulheres na unidade familiar agrícola; a manutenção de uma mão de obra condizente com os preceitos da agricultura familiar; coibindo a exploração do trabalho infantil; e estimulando o trabalho coletivo entre o grupo, que é um princípio fundamental para o exercício da economia solidária.

A educação como indicador de sustentabilidade, auxilia no cumprimento legal acerca da educação básica e na qualificação técnica e solidária dos adultos através dos cursos formativos e de capacitação. A participação, por outro lado, estimula a aproximação dos princípios da organização solidária e estimula a construção de um ator que se relaciona com outros grupos, favorecendo as trocas de experiências e saberes.

A saúde como indicador, estimula que a família atente para as questões intrínsecas a qualidade do alimento e que assumam um comportamento que favoreça o seu fortalecimento na produção própria de alimento, contribuindo assim para a segurança e soberania alimentar.

Finalizando a abordagem dos três campos de indicadores de sustentabilidade é possível identificar um sistema que é complexo, por englobar multivariáveis interdisciplinares que contemplam os pilares fundamentais ao desenvolvimento sustentável, e ao mesmo tempo de relativa simplicidade por expressar objetivos factíveis.

CONCLUSÕES

O conceito de desenvolvimento ao longo do tempo foi ganhando outras significações e apresenta diferentes esferas de observação, entre as quais estão a econômica, social e ambiental, assim como correntes teóricas que discorrem diferentemente sobre o tema.

A sustentabilidade é um fenômeno que surge na década de 70 a partir de uma necessidade de propor alguma solução no que diz respeito a manutenção da economia que fundamentalmente depende de recursos naturais que são escassos.

A economia solidária e os grupos de consumo responsável se manifestam como um importante mecanismo de estímulo à sustentabilidade na perspectiva radical de economia ecológica.

A rede de comércio justo Bem da Terra se apresenta como um importante instrumento de comercialização para produtores locais que se organizam através da associação de produtores, em alguns casos, representando o principal canal de comercialização e geração de renda.

A acreditação agroecológica que vem sendo construída a partir da comissão de acreditação da Rede Bem da Terra permite que os pontos frágeis dos empreendimentos rurais da associação de produtores sejam identificados com mais clareza, favorecendo assim o trabalho de extensão universitária realizado pelo TECSOL, e por sua vez, otimizando a utilização de recursos à medida que o trabalho seja direcionado de forma eficiente.

O processo de acreditação permitirá que os consumidores da Rede Bem da Terra fortaleçam os laços de confiança e reciprocidade para com as famílias agricultoras, uma vez que a comissão é composta por uma equipe mista, com atores das diferentes arenas da rede e emitirá boletins acerca do processo de acreditação com cada família produtora.

A proposta de criação de indicadores para a acreditação, além de nortear o trabalho de extensão universitária, permitirá que os agricultores tenham um tempo razoável para realizar as modificações necessárias, assim como uma direção mais clara para que atinjam a perspectiva de sustentabilidade, com melhorias: na sua qualidade de vida, uma vez que estarão produzindo sem exposição a produtos químicos de alta periculosidade como os inseticidas, fungicidas e herbicidas; a valorização da terra, já que estas estão livres de produtos que degradam o solo; a valorização do trabalho, pois estarão recebendo incentivos para estabelecer relações de trabalho justas e igualitárias entre homens e mulheres, além de receberem um preço justo pelos alimentos e produtos produzidos; a preservação dos recursos naturais, como a água, solo e ar, compreendidos como o bem mais precioso e de valoração inestimável; por fim, a transição agroecológica que é o motivo propulsor de todo esse trabalho.

A acreditação agroecológica e solidária da Rede Bem da Terra poderá servir como modelo e inspiração para outros processos de transição agroecológica e acreditação solidária, assim como na construção de indicadores de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem teórica**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BARKIN, David; CARRASCO, Mario E. Fuente; ZAMORA, Daniel Tagle. La significación de una Economía Ecológica radical. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, Coyoacán, p. 1-14, 2012.
- BEMDATERRA. **Rede Bem da Terra: comércio justo e solidário**. Disponível em: <http://bemdaterra.org/a-rede/>. Acesso em: 08 fev. 2019.
- CONTERATO, M. *et al.*. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- CORRÊA, Inez Varoto. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul**. Pelotas, 2007. 90f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Produção Agrícola Familiar) - Programa de Pós-Graduação em Sistema Agrícola e Produção Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2007.
- COTRIM, D. S.; FERNANDES, L. A.; SILVA, F. D. A transição agroecológica em grupos rurais de economia solidária através da extensão rural universitária. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 23, n. 1, p. 29-49, jan. 2018.
- COTRIM, Décio Souza. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. 2013. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- DIAS, Gabriele *et al.* Os impactos da implementação da feira virtual sobre os empreendimentos rurais da Rede Bem da Terra. *In*: CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA, 2., 2015, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: Ufpel, 2015. v. 5, p. 115-118. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- GALLOPÍN, G. Indicators and their use: information for decision making. *In*: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (ed.). **Sustainability indicators: report on the project on indicators of sustainable development**. Chichester: John Wiley and Sons, 1997.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, Stephen R.. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

LACERDA, Cícero de Sousa; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Modelos de indicadores de sustentabilidade para gestão de recursos hídricos: desenvolvimento sustentável. *In*: LIRA, Waleska Silveira; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Gestão sustentável dos recursos naturais**: uma abordagem participativa. Campina Grande: Eduepb, 2013. p. 13-19.

LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of knowledge**: the interlocking of theory and practice in social research and development. London: Routledge, 1992.

MARZALL, K. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Agronomia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou economia política da sustentabilidade X**. Campinas: [s. n.], 2001.

ROSA, Thiago Bellotto; CRUZ, Antônio Carlos Martins da. A economia solidária como superação frente á informalidade: a experiência da feira virtual de Pelotas/RS. *In*: CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA, 2., 2015, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2015. v. 7, p. 87-90. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao>. Acesso em: 8 fev. 2019.

RUDD, M. An institutional framework for designing and monitoring ecosystem-based fisheries management policy experiments. **Ecological Economics**, v. 48, p. 109–124, 2004.

SILVEIRA, Anderson Dias; PRÓ, Anelise Marques do; MACHADO, Tiago Graule. Feira virtual Bem da Terra: uma iniciativa pela economia solidária, pelo comercio justo e pelo consumo consciente. *In*: CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA, 2., 2015, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: Ufpel, 2015. v. 5, p. 119-122. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao>. Acesso em: 8 fev. 2019.

SINGER, Paul. Entrevista com Paul Singer. **Revista Gerenciais**, São Paulo, v. 2, p. 2-5, set. 2003.

SOLIDÁRIA, Fórum Brasileiro de Economia. **Economia solidária**: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável. 2012. Disponível em: <http://fbes.org.br/acervo>. Acesso em: 8 fev. 2019.

SYERS, J. K.; HAMBLIN, A.; PUSHPARAJAH, E. Indicators and thresholds for the evaluation of sustainable land management. **Canadian Journal of Soil Science**, v. 36, n. 75, p. 423–428. 1995.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, n. 29, p. 503–515, 2009.

WINOGRAD, M. *et al.* **Conceptual framework to develop and use water indicators**: technical note. CIAT/World Bank/UNEP Project. Rural Sustainability Indicators. Outlook from Central America. Cali: CIAT, 1999.

Data de recebimento: 20 de maio de 2019.

Data de aceite para publicação: 23 de julho de 2019.

Errata

Folha: 39	Linha: 9	Onde se lê*:	Leia-se*:
-----------	----------	--------------	-----------

Onde se lê:

"A comissão de acreditação proposta foi construída de forma mista, congregando membros das associações de consumidores e produtores, núcleos universitários e parceiros da rede."

Leia-se*:

"A Acreditação Agroecológica da Rede Bem da Terra é resultado de um trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido por um conjunto de atores da região Sul do Rio Grande do Sul. A comissão de acreditação, desde o início, é articulada por membros da Rede Bem da Terra; pelas incubadoras de Economia Solidária das Universidades Católica e Federal de Pelotas, O NESIC e o TECSOL; pela Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária (INEESOL) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), campus São Lourenço do Sul; e pelo Centro de Apoio à Agricultura de Base Ecológica (CEAABE).

Folha:40 Folha:40 Folha:41	Linha: 9 Linha:23 Linha:11	Onde se lê: "Elaboração própria"	Leia-se: "Elaboração coletiva realizada pela comissão de acreditação."
----------------------------------	----------------------------------	----------------------------------	--